



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

**COERÇÃO E CONSENSO NO IMPERIALISMO: IMPEDIMENTOS À  
DEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

**Robson Roberto da Silva** <sup>1</sup>

**Resumo:** Por meio de uma discussão acerca das relações entre imperialismo, Estado e capitalismo dependente, articulada ao debate sobre soberania e as principais justificativas dos Estados imperialistas para assegurar a acumulação nos países de capitalismo dependente, este trabalho busca demonstrar que as potências hegemônicas, sobretudo os Estados Unidos, com o intuito de alcançar os seus interesses econômicos e geopolíticos, têm feito o uso da coerção e conquistado também a liderança no mundo pela via do consentimento, que acentuam os impedimentos para a democratização na América Latina ao longo do século XX e início deste novo século.

**Palavras-chave:** Imperialismo; Capitalismo dependente; Estado; Democratização; América Latina.

**COHERENCE AND CONSENSUS ON IMPERIALISM: IMPEDIMENTS TO  
DEMOCRATIZATION IN LATIN AMERICA**

**Abstract:** Through a discussion about the relations between imperialism, state and dependent capitalism, articulated to the debate on sovereignty and the main justifications of the imperialist states to ensure the accumulation in countries of dependent capitalism, this work seeks to demonstrate that the hegemonic powers, especially the states United States, in order to achieve their economic and geopolitical interests, have made use of coercion and also gained leadership in the world through consent, which accentuate the impediments to democratization in Latin America throughout the twentieth century and the beginning of this new century.

**Keywords:** Imperialism; Dependent capitalism; State. Democratization; Latin America.

**Introdução**

Este trabalho busca apresentar uma discussão inicial sobre as funções de coerção e de consenso dos Estados europeus, sobretudo norte-americano, como impedimentos à democratização na América Latina. Para tanto, em um primeiro momento, trata, em linhas gerais, das relações entre imperialismo, Estado e capitalismo dependente. Associado a esse debate, o trabalho aborda, em seguida, algumas das discussões que envolvem o conceito de Estado, soberania e as principais justificativas para assegurar a acumulação nas economias dependentes.

Assim, busca demonstrar que as potências hegemônicas, sobretudo os Estados Unidos, com o intuito de alcançar os seus interesses econômicos e geopolíticos, têm feito

---

<sup>1</sup> Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói. E-mail: <robson.essuff@gmail.com>.

o uso da coerção e conquistado também a liderança no mundo pela via do consentimento. No âmbito da América Latina, o trabalho procura apresentar, em um último momento, as principais práticas coercitivas e de consenso utilizadas pelos Estados Unidos na e/ou direcionadas à América Latina e que acentuam os impedimentos para a democratização da região ao longo do século XX e início do século XXI, haja vista, como aponta Katz (2016), que a função geopolítica central da América Latina para o imperialismo não mudou e o controle exercido pelos Estados Unidos com seus instrumentos de coerção e consenso também permanece.

## **Desenvolvimento**

### **Imperialismo, Estado e Capitalismo Dependente**

Entre o século XV e meado do século XVIII começa a ser organizado na Europa Ocidental um novo estágio de produção pautando-se, pela primeira vez, na relação entre capital e trabalho, que surgiu com a chamada “acumulação primitiva”. Nasceu no interior de uma sociedade feudal, esse estágio inicial do capitalismo aos poucos corroeu as bases sociais e fez emergir pela mesma intensidade a sociedade burguesa, que, segundo Marx (2011), é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Trata-se de uma totalidade de alto grau de complexidade: uma síntese de múltiplas determinações; portanto, uma unidade do diverso constituída por uma produção social específica (a capitalista), que não só determina a distribuição, a troca e o consumo, mas também um conjunto de relações sociais nesses distintos processos articulados e que são essenciais para a reprodução do capital.

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 169), “[...] ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se) [...], graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas”. Assim, a partir da oitava década do século XVIII, o capitalismo comercial/mercantil ingressa ao seu estágio concorrencial/“liberal” ou “clássico”. Já na segunda metade do século XIX inicia-se o estágio monopolista/imperialista<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para Lenin (2012), o imperialismo (como denomina o capitalismo no seu estágio monopolista) nasceu quando o desenvolvimento geral desse sistema tomou formas cada vez mais complexas, de modo que algumas das suas características transformaram-se na sua antítese. De acordo com este autor, os cinco traços fundamentais dessa “nova” etapa do desenvolvimento do sistema capitalista são: i) a concentração da produção e do capital, que atingiu um grau alto de desenvolvimento, criando assim os monopólios, os quais

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo modificou a atitude subjetiva das classes sociais e suas frações em relação ao Estado, cuja constituição está associada à forma como os homens historicamente organizam-se para produzir e se reproduzirem socialmente. Assim, o Estado no imperialismo manteve e ampliou suas funções coercitivas, como também passou a contar com uma estrutura responsável pelas funções de consenso, que articuladas buscam garantir o padrão de dominação burguesa<sup>3</sup>.

Neste estágio do capitalismo, a monopolização dos principais setores da economia, sobretudo da industrialização pesada, nos países de capitalismo avançado começou a encontrar dificuldades para ampliar os mercados internos, como forma de realizar a mais-valia. Essas dificuldades somadas a uma série de pré-condições desencadearam uma crise, que é e são inerentes ao modo de produção de capitalista. Em resposta a essa crise, o caráter de concentração do capital tornou-se mais internacional, intensificando dessa forma a concorrência entre os grupos imperialistas (MANDEL, 1982). Porém, o Estado, desempenhando suas funções coercitivas e de consenso, progressivamente foi chamado a remover os obstáculos para expansão do capital<sup>4</sup>. Sua intervenção econômica e política pela mesma intensidade buscava garantir tanto os superlucros do monopólio no exterior quanto à acumulação do capital nos limites nacionais.

Em determinadas colônias da Europa Ocidental, como os países da América Latina, o capitalismo só surge quando este sistema alcança o seu estágio imperialista, pois

---

efetivam uma atuação decisiva na economia; ii) a junção do capital bancário com o capital industrial e a formação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; iii) a exportação de capitais, que diferente da exportação de mercadorias, ganha uma grande particularidade; iv) a constituição de associações monopolistas internacionais de capitalistas, que dividem o mundo entre si; e v) a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

<sup>3</sup> Nesse período, Antonio Gramsci, sendo fiel à perspectiva teórico-metodológica de Marx, conseguiu captar “novas” determinações do Estado. Desse modo, constatou o surgimento da sociedade civil decorrente da socialização da política, ou seja, da organização e mobilização dos trabalhadores e dos capitalistas, que são formas de consciência social determinadas pelas relações de produção. Neste sentido, o Estado, para Gramsci, além de manter a função de coerção identificada por Marx e Engels no capitalismo concorrencial, incorpora também a função de consenso, que não descarta o conflito, tendo em vista que é resultado do antagonismo entre classes e grupos sociais. Em outras palavras, o Estado, para esse marxista italiano, corresponde à soma da “sociedade política”, isto é, do Estado restrito para Marx, responsável pela função de coerção, mais a “sociedade civil”: uma esfera marcada pela disputa da hegemonia e responsável pela função de consenso; portanto, corresponde a um Estado ampliado (COUTINHO, 2008).

<sup>4</sup> Dentre as funções que o Estado vem realizando no imperialismo, três são consideradas principais para Mandel (1982): a) criação das condições gerais de produção, que não são garantidas pelas atividades privadas da classe burguesa; b) reprimir todas as formas de ameaça das classes trabalhadoras ou de suas frações ao modo de produção capitalista por meio do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; c) ajustar as classes trabalhadoras, garantir que a ideologia continue sendo da classe burguesa e, por consequência, que os trabalhadores aceitem sua própria exploração, sem o exercício direto da repressão contra elas.

antes disso apenas no sentido formal ocorria o modo de produção capitalista, tendo em vista que, segundo Marx (1963), diferentes das colônias dos Estados Unidos, Austrália etc. nas quais os camponeses trabalhavam por conta própria e a produção destinava-se principalmente a sua subsistência –, nas colônias baseadas nas monoculturas,

[...] em que as especulações comerciais se apresentam desde o início e a produção se destina ao mercado mundial, dá-se o modo capitalista de produção, embora apenas no sentido formal, já que a escravidão dos negros impossibilita o trabalho livre e assalariado, que é a base da produção capitalista (MARX, 1963, p. 301-303, tradução nossa).

Por esse e outros motivos, Marx (2004) denominou essa subordinação dessas economias periféricas como formal, haja vista que foram forçadas pelos países da Europa Ocidental a produzirem valores de uso essenciais para produção de valores troca no mercado mundial. Todavia, a passagem dessas economias à subordinação real (ou seja, a transformação de um modo de produção em capitalista) ocorre sobre uma base econômica-social preexistente, que não é totalmente destruída e que se articula de forma dependente com o capitalismo europeu e norte-americano<sup>5</sup>.

De acordo com Fernandes (1975), os países que possuem uma economia dependente, organizam-se em função de condições, possibilidades e limitações determinadas pelo mercado mundial; particularmente, pelas economias nacionais avançadas que se articulam em condição heteronômica. Portanto, seus interesses só prevalecem onde e quando não colidem com as tendências de concentração de poder e de monopolização das vantagens hegemônicas no mercado internacional. Embora a burguesia consiga dessa maneira deter o monopólio do poder econômico e político no cenário nacional, torna-se impotente em outras direções, de modo que induz e promove um crescimento econômico que a escraviza ao domínio dos grupos hegemônicos internacionais.

Na América Latina, nota-se que desde o nascimento do capitalismo monopolista nos países centrais, o capital imperialista passou a controlar tanto os pontos nodais das economias dessa região (ferrovias, minas, frigoríficos, silos de cereais, engenhos de

---

<sup>5</sup> Nessa direção, concorda-se com Trotsky (1968, p. 275) que: “[...] o desenvolvimento das nações historicamente atrasadas leva necessariamente a combinações peculiares de diferentes fases no processo histórico [...]. Sob o açoitado da necessidade externa, sua cultura atrasada é obrigada a dar saltos. Deduz-se, assim, da lei universal da desigualdade outra lei, que, à falta de melhor nome, podemos chamar de lei do desenvolvimento combinado – o que significa uma reunião das diferentes etapas da jornada, uma combinação de passos isolados, um amálgama das formas arcaicas e das formas mais contemporâneas”.

açúcar, agricultura de exportação e o aparelho financeiro) quanto os estratégicos para o desenvolvimento das economias internacionais. Entretanto, o capital imperialista se diluiu nas economias capitalistas agroexportadoras e dependentes (em alguns países escravista e em outros do tipo enclave) (CUEVA, 1983)<sup>6</sup>.

De acordo com Ozorio (2014), os processos de monopolização nos distintos setores das economias dependentes –, e que estão relacionados com a associação subordinada ao capital internacional ou ao investimento direto de capital –, ao forjarem uma debilidade estrutural das classes dominantes nacionais/locais e suas frações e à acumulação dentro do que Lenin chamou de “elos débeis da cadeia imperialista”, acabam desencadeando também debilidades estruturais do Estado e do sistema de dominação no capitalismo dependente, que são compensadas pelo uso exacerbado das funções coercitivas do Estado e dos governos, mesmo os com feições democráticas. Nessa direção, identifica-se que na América Latina formas extremas de ditadura e práticas de criminalização dos pobres, das organizações sindicais, dos partidos políticos de esquerda e dos movimentos sociais têm sido adotadas para assegurar as bases de acumulação.

### **Estado, soberania e as justificativas para assegurar a acumulação nas economias dependentes**

A estrutura econômico-social gera condições concretas para o nascimento de uma esfera jurídico-política na qual se encontra o Estado e outras forças que acabam por interferir na forma de organização do poder. Porém, concomitante ao processo de emergência do capitalismo na Europa, surge o Estado moderno que se constitui enquanto Estado-nação, na medida em que o poder político e o uso de suas funções coercitivas passam a ocorrer em um território com fronteiras delimitadas. Nesse contexto, o Estado

---

<sup>6</sup> No Brasil, simultaneamente ao surgimento dos monopólios nas economias centrais, Fernandes (1981) aponta que nascem filiais, concessionárias, grandes corporações internacionais etc., que exploravam uma gama heterogênea de mercados. Porém, não contribuíam para a emergência e difusão do capitalismo monopolista a partir de dentro. Apenas no final da década de 1950 que se observava a tendência de irrupção irreversível do capitalismo monopolista, que se consolida a partir de 1964. Nesse estágio do capitalismo dependente a produção social deixava de estar somente direcionada ao crescimento do imperialismo no exterior; e, pela mesma dinâmica, se incorporava a este crescimento, a ponto de se constituir em uma economia monopolista subordinada, que se organizou a partir de um duplo dinamismo: por um lado, a burguesia industrial aliou-se serviçalmente ao grande capital estrangeiro; e, por outro, articulou-se aos setores tradicionais da economia (grupos e frações de classes dominantes) (FERNANDES, 1981). De acordo com Marini (2011), essas tendências demonstram a emergência do fenômeno que conceitua como “subimperialismo” e que não é específico do Brasil, pois em outros países da América Latina (como Argentina, El Salvador, México, Chile e Peru) notam-se também traços dessa industrialização, que exigiu por parte do Estado medidas políticas, econômicas e militares, nos marcos do capitalismo dependente.

também se torna uma potência soberana, tendo em vista que a valorização do capital e sua expansão exigiram que os Estados desenvolvessem o seu aparato político e coercitivo, de modo a aumentar a autonomia para o exterior.

Segundo Ozorio (2014), o capitalismo tem um caráter expansivo que se potencializa com o imperialismo. Nesse estágio as polarizações entre economias imperialistas e dependentes acentuam-se, sendo importante diferenciar nesse processo três categorias que estão sendo aqui objetos de discussão: o Estado, o Estado-nação e a soberania. Essa última categoria remete à “[...] capacidade estatal de decidir com autonomia no interior e para o exterior, sem condicionamentos estabelecidos por outros Estados e entidades” (OZORIO, 2014, p. 186). Contudo, o autor aponta que a inserção subalterna dos Estados dependentes no sistema mundial capitalista provoca um exercício limitado da soberania e, portanto, desigual, que denomina de subsoberania e que “[...] implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista” (OZORIO, 2014, p. 206).

Assim, percebe-se que os Estados soberanos europeus, alegando estarem em defesa da civilização, do crescimento, do desenvolvimento econômico ou do progresso, utilizaram e ainda usam mecanismos coercitivos, como forma de construir a economia-mundo capitalista e, conseqüentemente, dominar esse sistema, mas à custa de muita exploração, opressão e injustiças sociais. Particularmente, no período da colonização, a intervenção desses Estados era justificada como uma missão civilizadora. Porém, a partir da segunda metade do século XIX ocorre um processo de descolonização em massa, que estava relacionado à organização dos movimentos sociais pela libertação nacional. Desse modo, as antigas colônias foram se tornando Estados “independentes”, membros das Nações Unidas e protegidos pela doutrina de não intervenção de Estados soberanos nos assuntos internos uns dos outros: doutrina entranhada tanto na lei internacional em evolução quanto no Estatuto das Nações Unidas (WALLERSTEIN, 2007).

Entretanto, a constituição dos Estados “independentes” não significou o fim da intervenção dos Estados soberanos, que ainda justificavam a intervenção com base em valores que foram construídos no contexto europeu, mas que são considerados como valores “universais” e como uma justificativa moral: a lei natural e o cristianismo no século XVI; a missão civilizadora no século XIX; e os direitos humanos e a “democracia” no final do século XX e início do século XXI. Especificamente, esses últimos valores têm

sido uma das principais teses dos Estados Unidos e do Reino Unido, invocando principalmente pelos intelectuais neoconservadores norte-americanos e pelo ex-ministro Tony Blair (WALLERSTEIN, 2007).

Em “*O Novo Imperialismo*”, Harvey (2004) aponta que a hegemonia dos Estados Unidos é exercida, até mesmo internamente, por meio da dominação via coerção, mas o consentimento e a cooperação também têm a mesma importância, pois, se não pudesse exercer a liderança por meio do consentimento, de modo a garantir certos “benefícios” coletivos, o país teria deixado de ser hegemônico. Como destaca o autor, os “Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo interesse próprio” (Idem., 2004, p. 41). Nesse país, o uso da coerção para defender e garantir os seus interesses políticos e econômicos não é uma prática recente. Ao menos nos últimos 50 (cinquenta) anos, os Estados Unidos têm recorrido, frequentemente, à coerção e não tem hesitando em eliminar a sua oposição. Embora internamente tenham um histórico de intolerância, a violência externa praticada por esse Estado imperialista tem sido ainda maior nos Estados de capitalismo dependente.

Em relação à liderança por meio do consentimento, Harvey (2004) menciona que a Guerra Fria propiciou uma importante oportunidade aos Estados Unidos. Em oposição à ameaça comunista, este país dedicou-se à acumulação interminável do capital, estava pronto para acumular poder político e militar e assim defender e promover esse processo em todo o mundo. Em muitos países, a burguesia nacionalista apoiou e se abrigou por trás desse poder político e militar. Embora os interesses norte-americanos estivessem sempre à frente, produziram-se “benefícios” em muitos países para fazer jus às alegações de que os Estados Unidos estavam em favor do interesse “universal” (leia-se da burguesia, como o direito à propriedade e a segurança das “democracias”). Desse modo, mantinham grupos subalternos na linha.

Porém, com o fim da Guerra Fria e a ameaça do comunismo enfraquecida, os Estados Unidos têm uma dificuldade de definir e manter sua liderança no mundo. A expansão do capital potencializada pelo imperialismo, se por um lado, desencadeia as lutas sociais locais e nacionais verdadeiramente democráticas e que acabam representando um desafio para o capital; por outro lado, a existência de múltiplos Estados gera uma dificuldade, do capital cada vez mais mundializado, de assegurar que todas essas instituições políticas sigam o mesmo caminho (WOOD, 2003). Por essa razão, Harvey

(2004) aponta que começou a ser implementado em 1997 o “*Projeto para o novo século americano*”, que considera que a liderança norte-americana é boa para o país e para o restante do mundo.

Esse Projeto aponta que essa liderança requer o uso da força militar, da diplomacia e também o compromisso com princípios que foram reafirmados pelo o ex-presidente norte-americano, George W. Bush, em um artigo publicado no New York Times no aniversário do atentado de 11 de setembro. Embora sejam valores norte-americanos, esses princípios são apresentados como sendo “universais” –, contendo termos como liberdade, “democracia”, respeito à propriedade privada, aos indivíduos e aos direitos humanos –, mas são compreendidos e utilizados nas suas versões mais restritas, não sendo nem dessa maneira respeitados pelos Estados Unidos, posto que se “[...] apresentam como *rationale* para agressões e para intervir militarmente nas regiões e países periféricos e semiperiféricos, em defesa de seus interesses econômicos e geopolíticos, além da sustentação de sua hegemonia” (BANDEIRA apud WALLERSTEIN, 2007, p. 21).

Entretanto, esse projeto hegemônico norte-americano para o mundo apresenta dificuldades para manter o controle global no campo político e econômico. Parte dessas dificuldades surge do processo de construção dos Estados soberanos, que recriam os seus próprios adversários, como hoje o terrorismo internacional. Contudo, não existem sinais de crise terminal desse projeto e também não é possível afirmar que os Estados Unidos, enquanto um Estado nacional esteja se transformando em um Estado global (FIORI, 2004), haja vista que o “[...] mundo de hoje é mais do que nunca um mundo de Estados-nação; e a forma política do capitalismo global não é um Estado global e sim um sistema global de múltiplos Estados locais” (WOOD, 2003, p. 47).

Esses Estados nacionais vêm apresentando dificuldades de impor limites ao capital cada vez mais internacionalizado. O próprio Estados Unidos e as demais potências imperialistas, para enfrentar os limites do processo de valorização do capital, foram obrigados pelo capital financeiro a levantar a bandeira da liberação econômica. A situação se agrava, tendo em vista que os Estados Unidos, neste atual estágio de expansão do capital, que denominam de “globalização”, utilizam de pretextos para intervir em outros Estados nacionais, de modo a ampliar o seu poder econômico e político. Como aponta Galbraith (apud SAMPAIO JR, 2010, p. 45), o conceito “globalização” foi inventado pelos norte-americanos para “ocultar nossa política de penetração econômica – e, poderíamos acrescentar cultural e militar – no exterior”. Assim, esse Estado imperialista

reduz significativamente a autonomia de outros Estados nacionais, o que leva Sampaio Jr (2010) afirmar que a “soberania ampliada” dos Estados Unidos provoca e está associada à “soberania reduzida” das potências imperialistas de segunda ordem e à “soberania ultrarreduzida” dos países na periferia do sistema mundial capitalista, como os da América Latina, que estão sujeitos aos penosos processos de reversão neocolonial.

Nessa região, os projetos hegemônicos dos Estados imperialistas para o mundo, como o dos Estados Unidos, não vêm encontrando resistência por parte das classes dominantes nacionais, pois, historicamente, elas apresentam dificuldades de criarem projetos de nações independentes, posto que seus interesses apenas prevalecem onde e quando não colidem com os interesses das classes dominantes do mundo central. Mesmo em momentos em que as regiões centrais e as burguesias imperialistas encontraram dificuldades, como no período marcado pelas duas guerras mundiais e a crise de 1929, Ozorio (2014) esclarece que após a reorganização do mundo, “agora sob a égide dos Estados Unidos, a burguesia não teve pudores para abandonar qualquer projeto autônomo e terminar se unindo às iniciativas da burguesia central”; o que demonstra que os projetos construídos pelas classes dominantes dessa região operam em condições de subordinação e associação ao capital imperialista.

Por essa razão, os projetos alternativos de sociedade (aqueles construídos pelas classes trabalhadoras) devem procurar romper com as amarras capitalistas e também imperialistas, tendo em vista que a democratização da região esbarra em limites impostos pelo capital nacional e imperialista. Aqui cabe apontar que o uso do termo democratização se apõe a noção de “democracia” definida pelo liberalismo como um sistema caracterizado por eleições competitivas e institucionalizadas, pois, ao remeter a ideia de processo, o termo não desconsidera a divisão de classes como limite para realização de uma democracia plena, que depende da socialização da política e da riqueza, socialmente produzida e apropriada privadamente pela burguesia, ou seja, depende do socialismo, assim como “[...] o processo de democratização poderá e deverá alcançar novos patamares no socialismo” (COUTINHO, 2008, p. 24).

Neste sentido, parece adequado afirmar que as dificuldades do processo de democratização na região da América Latina estão associadas aos projetos das classes dominantes que operam em condições de subordinação e associação ao capital imperialista. Como aponta Sampaio Jr (2010), essa região tem sido uma área de operação de conglomerados internacionais e de influência dos Estados Unidos, que afetam por

completo todas as dimensões de suas sociedades: econômica, sociocultural e política. Aqui cabe dizer que a intervenção dos Estados Unidos vem se expressando tanto por meio de práticas coercitivas como hegemônicas, e que o equilíbrio entre essas duas formas estatal de agir depende do contexto e de quem assume o poder. Na América Latina, elas se configuram como graves obstáculos à democratização.

### **Coerção e consenso como impedimentos à democratização na América Latina**

As dificuldades econômicas, políticas e sociais da América Latina são determinadas também pela relação de dependência que os países dessa região mantêm, historicamente, com as economias capitalistas centrais. No século XIX, os países latino-americanos sofreram com a exploração e com os atos de violência cometidos por inúmeras intervenções políticas e econômicas dos Estados europeus. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, ao saírem vitoriosos, assumiram a hegemonia política e econômica no mundo, que acentuou as dificuldades à democratização na América Latina, pois passou a defender e a estimular o uso de práticas pedagógicas para enfrentar as ameaças comunistas, como o Desenvolvimento de Comunidade –, um método instituído no contexto de “Guerra Fria” pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotado pelos países da América Latina, a partir de acordos com o Governo norte-americano –, e apoiou e firmou alianças com as ditaduras militares que se instauraram na segunda metade deste século. Segundo Harvey (2008, p. 37), “[...] isso se tornou o método preferido de combate à ameaça de rebeliões e de revoluções comunistas, envolvendo uma estratégia antidemocrática”.

Além do Brasil, a quantidade de golpes militares que foram realizados com recursos das embaixadas norte-americanas, como na Argentina em 1966 e no Chile em 1973, demonstra que os Estados Unidos criaram as alianças com as ditaduras latino-americanas, tendo em vista que elas poderiam garantir os seus interesses políticos e econômicos do que as instáveis “democracias” que surgiam na região. Entretanto, com o esgotamento dos regimes autoritários, distintos sujeitos passaram a defender a redemocratização como o caminho para recuperação da América Latina, ou seja, tanto os trabalhadores, orientados pelas ideias socialistas e comunistas, quanto os industriais, os comerciantes, os banqueiros e os proprietários rurais, começavam a criticar o regime político da época e a defender as eleições abertas (BORON, 1994).

Os Estados Unidos passou a apoiar o processo de redemocratização nos países da América Latina, tendo em vista que buscavam continuar dominando a região e expandir sua hegemonia no plano das relações internacionais, que estava sendo “ameaçada”. De acordo com Boron (1994), a “ameaça” que naquele momento representavam a liderança soviética de Mikhail Gorbachev e a possibilidade de uma reforma econômica e política na URSS colocaram os Estados Unidos na defensiva, obrigando-o a robustecer o discurso “favorável” a democratização dos países. Entretanto, o apoio norte-americano não anulou ou impediu a participação dos distintos setores das sociedades da América Latina. Além das tradicionais posições conservadoras que aderiam a uma concepção liberal da “democracia”, como defende a política externa norte-americana, parte da esquerda latino-americana também defendia a instauração de uma “democracia”, que se reduz à criação e institucionalização de um sistema de regras do jogo; outra parte mais progressista buscava construir uma democracia mais radical e com fins universais.

Sabe-se que a América Latina é constituída por países heterogêneos, mas que também apresentam características semelhantes. As ditaduras militares e a redemocratização, por exemplo, embora tenham sido apoiadas pelos Estados Unidos, não foram instaladas no mesmo tempo, não tiveram o mesmo período de duração e nem todas foram palcos de experiências piloto do neoliberalismo para muitos países, como ocorreu no Chile, no governo de Augusto Pinochet.

Porém, Harvey (2008) aponta que, embora a experiência piloto do neoliberalismo no Chile tenha contado com a assessoria de intelectuais norte-americanos, os Estados Unidos não forçaram Margaret Thatcher a seguir o pioneiro caminho neoliberal na Europa. Nem foram eles que obrigaram a China em 1978, a Índia, nos anos 1980, e a Suécia, no início da década de 1990. A virada do neoliberalismo no mundo trata-se de um processo muito complexo e desigual, pois sua utilização ocorreu a partir de uma série de idas e vindas, que confluíram para uma nova ortodoxia elaborada por meio de um encontro que aconteceu, em 1989, em Washington, nos Estados Unidos.

Nesse encontro participaram várias instituições privadas, economistas latino-americanos, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Tesouro dos Estados Unidos, que analisaram as diversas experiências do neoliberalismo e assim elaboraram um conjunto de medidas denominadas de “*Consenso de Washington*” e que visam desobstruir os empecilhos à expansão do capital potencializada pelo imperialismo, principalmente na

América Latina. Aqui cabe dizer que o neoliberalismo nessa região não surge como uma imposição unilateral dos Estados Unidos, pois se trata de um processo, como afirmado, complexo e desigual. Contudo, não se pode desconsiderar que as “reformas” neoliberais dos Estados latino-americanos e também de outras economias periféricas e centrais, contribuíram para ampliação do poder imperialista desse país. Segundo Harvey (2008), não é por acaso que os Estados Unidos e outros países centrais deram ao FMI e ao Banco Mundial plena autonomia para negociar o alívio da dívida dos países devedores e assim proteger as instituições financeiras internacionais das possíveis ameaças. Em 1994, dezoito países, incluindo México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai, aceitaram acordos que perdoavam 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Porém, tiveram que adotar medidas neoliberais impostas pelo FMI, que resultaram em crises, como a brasileira de 1998 e o colapso da economia da Argentina. Essas crises são intencionalmente criadas, administradas e manipuladas pelo complexo: Tesouro dos Estados Unidos; Wall Street; e FMI.

A administração e manipulação de crises, a privatização e mercadificação, a financialização e redistribuições via Estado são características da chamada “acumulação por espoliação”, que busca “[...] designar a continuidade e a proliferação de práticas de acumulação que Marx tratara como ‘primitivas’ ou ‘originais’ durante a ascensão do capitalismo” (HARVEY, 2008, p. 171). Esses traços da “acumulação por espoliação” buscam enfrentar o problema da sobreacumulação quando liberam “[...] um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2004, p. 124). Assim, pode-se afirmar que a “acumulação por espoliação” tem consequências graves para os países de capitalismo dependente, pois não cria riqueza e renda. Pelo contrário, proporciona uma maior lucratividade ao capital imperialista e na mesma medida agravam na periferia as expressões da “questão social”, que são incompatíveis com a democracia plena, como aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do trabalho escravo, falta de moradia, intensificação da violência urbana e rural, privatização e mercantilização dos serviços sociais, retorno de epidemias e endemias, ataque as populações indígenas e de seu estilo de vida, depredação do meio ambiente, corrupção que gangrena recursos do Estado etc.

Sampaio Jr (2010) aponta que esses fenômenos, que aqui estão sendo compreendidos como expressões da “questão social”, exigem uma reflexão sistemática

sobre o imperialismo e sua forma particular de funcionamento na América Latina. Em razão desses fenômenos, as lutas sociais vêm ocorrendo fora e dentro da ordem institucional. Apesar de não se propor a realizar um balanço crítico, o autor menciona que são iniciativas radicais, ultraradicais, moderadas e ultramoderadas. Do lado mais a esquerda do espectro político, Castelo (2010) aponta o socialismo do século XXI, iniciado com a Revolução Bolivariana de Chávez em 1998; em direção à direita, destaca-se as alternativas no Chile e no Brasil, que seguem as orientações do social-liberalismo e que revitalizam o neoliberalismo; e na Argentina e também em setores dos governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) Brasil, a opção pelo novo-desenvolvimentismo, que nada tem de semelhante ao velho desenvolvimentismo latino-americano.

A maioria dos governos de direita da região participa dos tratados de livre-comércio firmados também com os Estados Unidos e que visam impedir a construção de projetos independentes na América Latina. Segundo Katz (2016), os governos que participam da Aliança do Pacífico (bloco comercial latino-americano) têm um caráter de direita e “essa correspondência não é casual. Estão subordinados aos Estados Unidos, incentivam a militarização e se adaptam à etapa neoliberal”. Nota-se que a direita na América Latina tem conseguido reciclar sua posição pró-estadunidense por meio das eleições, que não significam um verdadeiro exercício da democracia e tampouco ameaçam os privilégios das classes dominantes. Entretanto, em alguns países, determinados candidatos eleitos atemorizaram a burguesia nacional e estrangeira; assim uma onda de golpe travestido de legalidade vem ocorrendo na região, como em Honduras e no Paraguai. De acordo com Katz (2016), o golpismo com um disfarce institucional tem eclodido na região e sendo apoiado por parte dos parlamentares, aparelhos privados de hegemonia (como os meios de comunicação) e a embaixada dos Estados Unidos.

No Brasil, a aprovação do pedido de admissibilidade no Congresso Nacional, que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, sem a devida comprovação de crime de responsabilidade fiscal –, em um contexto marcado pela atual crise de natureza estrutural e conjuntural, de dimensões econômicas e políticas –, configurou-se como um golpe travestido de legalidade, que contou com o apoio de sujeitos que se situam à direita no espectro político, particularmente com o aval do Supremo Tribunal Federal, de setores do Judiciário, da Polícia Federal e da grande mídia. Há também especulações que os Estados Unidos tenham apoiado esse golpe, como demonstra a reportagem do economista e colunista americano: “[...] não há dúvida de que os principais atores desta tentativa de

golpe são aliados do governo dos EUA” (WEISBROT, 2016, p. 1). Logo, parece ser possível afirmar que os Estados Unidos, enquanto principal centro político de liderança do imperialismo, também encontra apoio de frações da burguesia nacional associada e dependente, assim como das classes dominantes de outros países da América Latina, que historicamente vêm atuando em condições de subordinação e associação ao capital imperialista.

### **Considerações Finais**

O trabalho, neste sentido, procurou demonstrar –, sem desconsiderar esse apoio de frações da burguesia nacional associada e dependente dos países da América Latina –, que historicamente os Estados Unidos, alegando agir em nome da “democracia”, têm feito o uso dessas práticas na e/ou direcionadas a essa região, como: os incentivos ao Desenvolvimento de Comunidade; o apoio às ditaduras militares e à restauração da democracia liberal; a participação no “Consenso de Washington”; a expansão de suas forças militares, haja vista a instalação de bases militares na Colômbia; a defesa da utilização de medidas neoliberais, que beneficiam largamente o capital financeiro; a participação de acordos de livre-comércio, que condenam os países a produção de *commodities*; e o apoio aos recentes golpes institucionais, que limitam a democratização como expressão de um projeto alternativo de sociedade na região.

### **Referências**

BORON, A. A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CASTELO, R. Apresentação. In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**, Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2008.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. **Theories of surplus-value: volume IV of capital, part II**. Moscow: Progress Publishers, 1963.
- NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- OZORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- SAMPAIO JR, P. de A. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- TROTSKY, L. A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história Russa. In: MILLS, C. Wright. **Os Marxistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- WALLERSTEIN, I. M. **O universo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WEISBROT, M. **EUA têm interesse no golpe contra Dilma – assim como tiveram em 1964**. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2016/04/13/eua-tem-interesse-no-golpe-contradilma-assim-como-tiveram-em-1964/>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

WOOD, E. M. O que é (anti) Capitalismo? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, 2003.